

Congresso vota orçamento com prioridade

Josemar Gonçalves

O presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, reuniu-se ontem com os líderes de partidos e definiu que o Orçamento da União e o Regimento Interno da Casa serão os itens prioritários na pauta de votação do esforço concentrado do Congresso, que começa hoje e termina no dia 15 de dezembro, quando se inicia o recesso parlamentar. Para agilizar as votações, os líderes decidiram adotar a mesma prática da Constituinte: vão reunir-se todos os dias antes das sessões para definir a pauta de votação e costurar acordos. O deputado Ulysses Guimarães já enviou telegrama a todos os deputados para que estejam em Brasília a partir de hoje.

Na reunião, o líder do PTB, deputado Gastone Righi, pediu a convocação extraordinária do Congresso durante o recesso. Ulysses ouviu e disse que vai esperar a evolução dos trabalhos por ocasião do esforço concentrado até o dia 8 de dezembro. Se for necessário ele convoca, já que há matérias urgentes, como a definição de várias leis complementares e ordinárias, além do Orçamento da União para o próximo ano, que tem que ser votado até o dia 15 de dezembro.

Projetos

O Orçamento da União e o Regimento Interno foram os únicos

pontos acertados na reunião de ontem. Cada líder levou para casa um levantamento feito pela presidência da Mesa da Câmara com 132 projetos de lei, sendo que 32 em regime de urgência. Nesse esforço concentrado o Congresso deverá apreciar também nove medidas provisórias.

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) disse, após a reunião, que o colégio de líderes vai garantir a pauta de votação todos os dias. Nessas reuniões que antecedem as sessões são escolhidos os projetos que terão tramitação de urgência na apreciação do plenário. O líder do PTB, Gastone Righi, considera como prioritários, além do Orçamento da União e o Regimento Interno da Câmara, o projeto de lei que define o salário mínimo e o que regula o direito de greve nos serviços considerados essenciais e o dispositivo que regulamenta o tabelamento de juros em 12%.

Além dessas questões, há ainda outros projetos de lei regulamentando a licença-paternidade, sem especificação na parte permanente da Carta, que, no entanto, determina o benefício de cinco dias na parte transitória. Alguns parlamentares do PT e PDT estão propõendo a criação de oito comissões temáticas para a elaboração desses projetos de lei.



Ulysses reuniu os líderes partidários para evitar impasses durante as votações no plenário